

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**CONSELHO ESCOLAR: A APLICAÇÃO DA DEMOCRACIA
AOS RUMOS DA ESCOLA**

Aluna: Aparecida Antônia Bove Oliveira

Orientadora: Andréa Caldas

Curitiba, fevereiro de 2010.

Conselho Escolar: a aplicação da democracia aos rumos da escola.

Aparecida Antônia Bove Oliveira

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a Escola atual, com o intuito de compreender o processo histórico da realidade da Educação brasileira e as transformações ocorridas nesse cenário a partir da formulação da Constituição de 1988, no caminho da implantação da democracia. Considera que a formação dos Conselhos Escolares, através do voto da comunidade escolar e da comunidade externa, é ferramenta para a prática democrática dentro da escola, fazendo dela um lugar aberto para os diferentes modos de olhar a educação, priorizando o processo de ensino aprendizagem de forma não excludente, valorizando a participação da comunidade onde está inserida. Pode assim, contribuir para a construção de uma comunidade onde os valores culturais, econômicos e sociais possam ser respeitados e através da prática escolar, reformulados e reorganizados de forma a refletir sobre o seu papel na formação dos cidadãos futuros.

Palavras chave: Educação - Igualdade - Gestão democrática - Conselho Escolar-Comunidade.

OLIVEIRA, Aparecida Antônia Bove. School Board: the application of the democracy to the ways of school. Rolândia, 2009.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the present school. It aims to understand the historical process of the reality of Brazilian education and the changes occurred in this scenario from the formulation of the Constitution of 1988, in the way of implementing democracy. It is important to understand the past to valorize the achievements and think in a dignified and equal future to our society. Proposing the formation of School Boards through the vote of the school community and external community is a tool for the democratic practice in the school, making it an open place to different ways to look the education, giving priority to the teaching-learning process in a non-exclusion, valuing the participation of the community where is it inserted. In doing so, contribute to building a community where cultural, economic and social rights can be respected and by practicing school, redesigned and reorganized to reflect on its role in formation of the future citizens.

Keywords: Education – Equality - Democratic Management - School Board –

Community

INTRODUÇÃO

A gestão de instituições de ensino, com o início da democracia decorrente da Constituição Brasileira de 1988 transformou o ambiente escolar, onde as escolas sempre foram tratadas e transformadas em centros de reprodução da ideologia da ditadura militar, a qual tolhia a autonomia administrativa e educacional das escolas.

Nesta artigo, em um breve histórico, menciona-se o engessamento e involução do sistema educacional brasileiro como um todo, culminando em seus primeiros avanços significativos no campo educacional, como no campo da gestão dos recursos destinados prestação do serviço educacional pelo Estado, quando da redemocratização o Estado brasileiro.

Não bastasse a evolução pedagógica, bem como a evolução metodológica do ensino nas escolas públicas brasileiras, graças à redemocratização do Estado brasileiro conforme já mencionado, o conceito de democracia tomou rumos, dentro do ambiente escolar, que ninguém poderia imaginar.

Democratizam-se conteúdos, através dos Planos Políticos Pedagógicos a serem aprovados pelos Conselhos Escolares; democratiza-se a Gestão do Bem Público destinado à educação (representado pelas verbas destinadas à educação pública), o qual é fiscalizado pelo mesmo Conselho Escolar, o qual é composto, entre outros membros, de pessoas da comunidade onde a escola está inserida e tem o papel fundamental de agente criador da realidade através do “instrumento” da educação.

Centro de todo esse contexto, surge à figura do Conselho Escolar, o qual traz os compromissos, quando de sua criação, da redemocratização do ensino público brasileiro, da redemocratização na gestão de interesses e verbas públicas, a aproximação da sociedade com a escola e da escola com a sociedade, bem como aproximar o ensino público formal das realidades econômico-sociais de cada comunidade, o que, por si só, busca aproximar a escola do aluno, transformando o ambiente educacional em algo mais “palpável e palatável” ao principal objetivo para o qual a escola se destina: o aluno.

Nesse contexto, trataremos no presente artigo desde conceitos educacionais, como conceitos de ordem jurídica, já que a gestão da escola pública

anda atrelada aos conceitos de administração pública, interesse público, prestação direta de serviços pelo Estado (educação), bem como aplicação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade, liberdade e a aplicação de conceitos mais complexos de ordem sociológica e política, tal como o princípio republicano da administração da coisa pública – governo do povo para o povo.

1 - PEQUENA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO¹

A conquista pela igualdade está presente em toda a história da humanidade. Porém foi durante a Revolução Francesa, ao final do século XVIII, que essa luta tomou força através de seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Mudanças ideológicas passaram a admitir que a estrutura social pudesse ser alterada e, a partir desse momento passou-se a construir a idéia do ser humano respeitado em sua real condição – sua condição de ser humano. E é por isso que temos o direito à liberdade e à igualdade, primeiramente por termos o direito à vida; mas não só à vida. À vida digna. A dignidade da pessoa humana, trazida no bojo das constituições de Estados a partir de 1917, data a qual nos reporta à primeira constituição garantidora dos direitos sociais do homem-cidadão – carta constitucional Mexicana nos indica que a positivação em Leis escritas, nos leva à garantia também de outros direitos fundamentais.

O Brasil, paralisado por séculos no período colonial, seja do ponto de vista sócio-político, seja do ponto de vista da educação, qualquer tentativa de mudança em termos de qualidade, mesmo após sua independência, não ocorreram significativas mudanças até os idos de 1935 (Era Vargas). Nas primeiras décadas do século XX, iniciaram-se algumas manifestações e atitudes no cenário político educacional brasileiro, como o movimento da Escola Nova, a criação do ministério da educação e saúde (Era Vargas – 1930), a manifestação dos pioneiros (1932) e o manifesto dos educadores (1959).

Após esse período com alguns avanços, novamente houve o engessamento do quadro sócio-político brasileiro, com um breve período democrático e, posteriormente, com nova ditadura, a qual afastou toda e qualquer

¹ DE OLIVEIRA, Paulo Eduardo, O Valor da igualdade e da individualidade: pensando uma ética global. *in* Alguns fios para entretecer o pensar e o agir, Patrícia Lupion Torres [org]. – Curitiba : SENAR-PR, 2007.

política de liberdade e autonomia em toda a sociedade brasileira. Neste período, o que se falar da educação então? Com discussões acerca deste tema em outros países, aqui pouco ou quase nada afetavam a realidade educacional brasileira, que se mostrava inconsistente e sem nenhuma importância. O período da ditadura militar foi marcado pelas ações endurecidas de tal regime com a repressão e opressão do povo. Poucas mudanças ocorreram nessa época.

A partir dos anos 80, com uma postura mais realista e menos ingênua, o papel social da educação ficou evidente. Percebeu-se que toda e qualquer mudança só poderia ocorrer com a ação concreta dentro do sistema educacional, e não só por reflexão na busca da cidadania.

O plano da nova república com a instalação da assembléia constituinte para elaboração Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, foi inserido, pela primeira vez, em uma norma hierarquicamente superior, um capítulo todo dedicado à educação, definindo a educação como direito público subjetivo, estabelecendo princípios e garantias, ditando padrões de organizações no sistema de educação, procedendo a indicações para o currículo, discriminando e distribuindo recursos financeiros para a educação, de modo a vincular as ações estatais a um plano de gestão do Estado de modo a garantir prestações mínimas à população como saúde, segurança e, o que por ora tratamos a educação.

1.1 - A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

O projeto original propunha uma reorganização do sistema educacional, o fortalecimento da escola pública e a gestão democrática nas instituições públicas de ensino, acompanhando o controle social das ações do Estado, o qual exige uma atuação direta da sociedade na fiscalização orçamentária e das atitudes políticas concretas tomadas pelo Estado brasileiro enquanto prestador dos serviços básicos da população, o que culminou na criação da Lei 9.394/1996 – Leis de Diretrizes e Bases, em dezembro 1996, intitulada Lei Darci Ribeiro.

A construção da política pública da educação brasileira foi, e é um processo árduo e contínuo, que envolve diversos sujeitos que atuam diretamente no seu projeto, seja pela comunidade pedagógica, seja pela sociedade civil organizada, esta sendo interessada direta nas políticas governamentais de ensino e em sua

aplicação nas escolas públicas.

Preocupados com a construção de um novo quadro educacional baseado em novas relações sociais, a Lei Darci Ribeiro buscou a inclusão da comunidade no desenvolvimento do cidadão numa perspectiva multilateral, seja o Estado estabelecendo parâmetros mínimos de educação, confrontado com as aspirações da comunidade, seja pelas necessidades sócio-econômicas, a qual a educação é direcionada.

“O déficit em termos absolutos tende a aumentar mesmo quando o Poder Público detém a iniciativa de formular políticas educacionais que, dentro dos parâmetros vigentes, visam equacionar o problema reduzindo as taxas relativas. O quadro acaba por se agravar, atingindo limites intoleráveis, num contexto como o de hoje em que o poder público, em especial a União, busca demitir-se de suas responsabilidades transferindo-as para outras instâncias.

Uma situação como essa só poderá ser revertida com clara determinação de se assumir a educação como prioridade I, com a conseqüente vontade política de realizar as ações concretas em que se expressa essa prioridade. É evidente que, dado o imenso déficit histórico decorrente do fato de que deixamos de fazer aquilo que os principais países fizeram a partir do século passado, quando se empenharam em implantar os respectivos sistemas nacionais de educação, a questão não pode ser equacionada em termos dos recursos orçamentários convencionais.” (SAVIANI, 1999, p.128)

Ainda, há a reflexão a ser feita sobre o que são “diretrizes” e “bases”, associados numa só locução (“diretrizes e bases”), já que evidente o nexos lógico entre finalidade e instrumentação, ou seja, “fins e meios”. Então, entende-se que a função da L.D.B. é mostrar os rumos e as formas mais adequadas para se organizar a educação pública brasileira sendo a escola a materialização de um direito social o qual é prestado diretamente pelo Estado.

“os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado, direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualdade de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.” (SILVA, José Afonso da, 2000, p.289)

Observando o histórico apresentado no início dessa discussão, verifica-se que a educação dos seus primórdios até o momento da pós-modernidade, os desafios nesta área são incessantes e só atingidos por ações persistentes e concretas para construção de uma escola para todos.

O objetivo do presente artigo é percorrer os caminhos da educação e suas conquistas na construção de suas relações.

A organização da escola de forma democrática surge com a elaboração do seu projeto político pedagógico através de contribuições e participações da comunidade escolar, tornando possível a organização coletiva do trabalho pedagógico dando uma identidade à escola, e esta valorizando os diversos elementos que compõem a comunidade na qual está inserida.

“Uma primeira atitude é adotar uma postura de pensar e preservar a cultura local sem esquecer que precisa acompanhar os acontecimentos, conectando-se ao mundo global, transformando-se em novas fontes de atividades para a comunidade, fontes de pesquisa e produção de conhecimento, resgate histórico-social, entre outras.” (TURQUINO, Gisele, 2007, p.511)

São elementos políticos que disponibilizam a vinculação da prática com a vivência coletiva através de debates e contribuições que possam nortear as perspectivas para formação cidadã, indicando à prática pedagógica que centralize as questões sociais buscando índices de aprendizagem significativos.

“Construir um PPP nessa dimensão requer esforço coletivo, tempo para debater as questões que implicam em decisões educativas e pedagógicas, constituição de espaços democráticos que estimulem práticas solidárias e responsáveis, compromissos com os processos formativos das crianças, jovens e adultos que interagem no espaço escolar, interesses e ações coletivas que contribuam para alterar o quadro de desigualdades sócio-econômica do país.” (AGUIAR, Márcia Ângela, 2009)

A transparência na administração da escola, com a elaboração de tal documento também é ponto a ser lembrado, pois a participação e a inserção da comunidade na escola em seu cotidiano, na suas decisões, enfim, participando ativamente no processo educacional, indica a aplicação do conceito republicano de governo, ou seja, governo do povo para o povo. Sendo assim, a gestão escolar democrática, traz a lume a aplicação de direitos básicos do cidadão: o da publicidade na gestão de recursos e do trato com o bem público, bem como o da impessoalidade, vez que a comunidade participando do plano de gestão ‘impessoaliza’ o trato com o dinheiro público e mais, com o ‘interesse público’. Este último fica mais evidente que o interesse da comunidade onde será aplicado o plano de gestão, onde aquela participa ativamente na elaboração deste, indica o real interesse público no que concerne aos rumos que a escola tomará, seja do ponto de vista pedagógico – claro que dentro dos limites estabelecidos pela L.D.B, seja do ponto de vista da gestão dos aportes financeiros que a escola dispõe para aplicar no

1.2 - FAMÍLIA E ESCOLA

São inúmeros os desafios para se educar nos dias atuais, a tarefa de “educar” tornou-se um ponto de dúvida e de questionamento dos pais ou responsáveis.

A escola torna-se o espaço “privilegiado da educação formal”, enquanto as ações cotidianas de vivência “na família”, no grupo, na rua, fazem a socialização das crianças de maneira informal. Essa realidade não pode ser desconsiderada na prática educativa. Desta forma como cita Erny, são sinônimos perfeitos socialização e educação. (ver a forma adequada de citação)

Através das transformações sócio-culturais, as quais vêm ocasionando mudanças em muitas estruturas familiares, o conceito de “família” vem se tornando cada vez mais diversificado, inserido em diversos contextos.

Possibilitar que o indivíduo se sinta pertencente a uma família, uma escola, uma comunidade, que tenha uma origem, possibilita a ele a construção de sua identidade.

Nesse momento, o papel da família e da escola é de parceria para significação do desejo de reconhecer e valorizar as diferentes estruturas, características, valores, formando assim um elo capaz de transpor a pluralidade existente nas diversas concepções de olhar um mesmo foco: a educação; educação essa que precisa saber lidar com as novas e com as diferentes formas de pensar e agir do grupo social com que está interagindo baseando em atitudes no caminho da construção da pessoa e do bem viver em comunidade.

Entende-se escola, sala de aula, educação, família, um conjunto de aprendizagens constantes do que é tornar-se humano e do que é construir democracia (TURQUINO, 2007)

Pensamos no compromisso de educar, respeitando, equilibrando, estimulando e interagindo família e escola, numa gestão democrática que assuma responsabilidades perante o sujeito aluno, de torná-lo um ser pensante, crítico e participativo em sua realidade sócio cultural.

1.3 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

Na escola podemos afirmar que democracia acontece quando todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem têm direito de opinar através de participações nas decisões da vida escolar (projeto político pedagógico, projetos educacionais, atividades, comemorações, etc.).

Pais, funcionários, alunos, professores, gestores, comunidade externa, todos os envolvidos em um objetivo comum – a educação – contemplando de maneira imparcial o escolhido pela maioria, respeitando as diferentes formas de pensar e agir.

Como cita Camargo e Adrião (2003, p.30):

“Com o princípio [a gestão democrática], articula-se ao [princípio] da igualdade proporcionado a todos os integrantes do processo participativo a condição de sujeito, expressa no seu reconhecimento enquanto interlocutor válido. [...] criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios.”

Infelizmente, vemos em várias situações, em várias realidades, uma falsa gestão democrática influenciada pelas falsas políticas que visam somente seus próprios interesses, deturpando o real objetivo da escola enquanto centro formador de cidadãos. Não raro a escola tem aquele objetivo alterado por interesses pessoais de seus gestores, os quais afastam-se dos princípios constitucionais a que todos os agentes públicos estão vinculados, para indicar sua atuação na gestão escolar como contempladora de interesses que nem sempre coadunam-se com o dito interesse público. Enfatizamos que a gestão democrática no ensino público é a aplicação direta da Constituição Federal e da L.D.B.. Contudo, as escolas que se propuseram a realizar tal gestão (democrática) defrontam-se com alguns obstáculos, pois, nem sempre é fácil conseguir a participação e desenvolver o interesse das pessoas para fazerem parte desta realidade de gestão escolar.

A participação ativa de todos é fundamental para alcançar a formação de uma escola melhor, ajudando a solucionar os problemas vivenciados pela escola, tomando decisões que abrangem o bem comum da melhor maneira possível, fiscalizando seus gestores e executores do Plano Político-Pedagógico aos quais estão vinculados, vez que tratam de interesses da coletividade em que a escola está inserida.

A escola e seus gestores precisam elaborar diferentes estratégias para aproximar os pais à sua realidade, desenvolvendo atividades a fim de despertar o interesse em fazer parte do cotidiano escolar, percebendo o valor da comunidade para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, valorizando a formação dos futuros cidadãos.

Por outro lado, também é necessário indicar aos gestores e executores do Plano Político-Pedagógico que se aproximem da realidade da comunidade em que a escola está inserida, já que, além de outros pontos positivos, buscaria aumentar o índice de aprendizagem, bem como reduzir os índices de evasão escolar, vez que a escola se torna um ambiente mais próximo da realidade de seus alunos, vivenciando sua realidade social. Aproxima-se do aluno desta forma a escola, a qual vivencia suas angústias, anseios e medos, de modo que a gestão da escola, por tratar-se de gestão de dinheiro público, estaria se adequando ao que no Direito é chamado de interesse público.

Um forte aliado para o estreitamento dessa ligação, é a formação de um conselho escolar que consta na L.D.B. como um dos pontos mais relevantes para formação da gestão democrática.

“[...] II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, artigo 14)”

No período compreendido entre 1994 a 2002, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a educação foi alvo de inúmeras reflexões sobre o papel da escola, sua gestão, formação de professores e currículo e a partir do ideal neoliberal, da reforma pela qual estava passando o Estado, com a influência do pensamento de diversos setores internacionais, mudanças significativas no pensar em educação e na escola ocorreram nesse período.

Assinalavam a educação básica como pré-requisito para o desenvolvimento da cidadania, desenvolvimento social e econômico e que fosse possível uma possível mudança nos conceitos e valores arraigados na população. E com esse pensamento, o governo iniciou uma intervenção sistemática na vida escolar. Com isso foram implementados vários mecanismos para qualificação da escola.

"o pressuposto de que os problemas enfrentados pela educação se situam no interior da instituição escolar e em sua gestão, ficando em segundo plano sua dimensão política." (Canuto, 2006 p.115)

Com a implementação de vários programas que visavam o aperfeiçoamento da gestão escolar e da dinâmica dos sistemas de ensino, a melhoria da infra-estrutura da escola, desenvolvendo a autonomia dessa instituição através de recursos disponibilizados e que valorizam a auto-gestão. Com o intuito de suprir as necessidades dos setores de educação através de ações independentes de cada escola que gerenciariam seu próprio dinheiro investindo no que fosse prioridade em sua realidade, com o objetivo de enaltecer a atuação de bons gestores que garantissem bons resultados de aprendizagem.

"(...) ações de cunho gerencial, buscando garantir uma otimização de recursos e, conseqüentemente, uma racionalização economicista das ações administrativas (...)" (DOURADO, 2004, p.69)

A implantação do conselho escolar é a formação de um colegiado com o intuito de desenvolver possíveis soluções para os problemas vivenciados pela escola em seu cotidiano. Assim tornando compartilhada e coletiva a responsabilidade da gestão escolar, possibilitando o exercício da democracia em seu berço: a escola.com um planejamento estratégico para o caráter da prática educacional.

Com a formação de um Conselho Escolar esse só poderá atingir seu objetivo se a escola estiver disposta para tal abertura para essa prática democrática, pois será analisado e discutido ali toda e qualquer ação tenha ou possa vir a ter, somado aos esforços de diversos setores para consolidar a conquista primordial da escola que é a educação para formação de qualidade para os futuros cidadãos.

1.4 - DA TEORIA À PRÁTICA

Através da vivência da formação de um Conselho Escolar podemos expor a realidade vivenciada por uma escola pública do município de Rolândia, a Escola Municipal "Parigot de Souza", que atende a alunos da Educação Infantil, Séries Iniciais do ensino Fundamental e primeiro e segundo ciclo da EJA, salientando que o ponto forte da referida escola é a participação da comunidade.

Possui APMF atuante, interessada no desenvolvimento pedagógico, sendo assim, que com o pensamento democrático e atento a realidade da comunidade onde está inserida percebeu a importância de ter a experiência da formação de um Conselho Escolar para aproximar a comunidade da gestão escolar, e da aplicação do PPP proposto àquela realidade escolar.

Para se inteirar do que estava sendo proposto, os funcionários e equipe docente, através de grupos de estudos, realizaram leituras, pesquisas, discussões sobre o funcionamento e finalidade do Conselho Escolar, embasando-se teoricamente sobre o assunto e demonstrando interesse em participar nos diversos seminários e conversas informais que ocorreram nos mais variados momentos na escola.

Após o compromisso assumido pelo corpo docente, priorizou-se pelo envolvimento e conscientização dos alunos, que participaram ativamente, demonstrando interesse, sugerindo maneiras de envolver toda comunidade, opinando maduramente ressaltando a importância desse meio de participação aberto à Comunidade, o que aconteceu de forma natural e gradual.

Dos alunos, partiram diversas sugestões, entre elas, os alunos do segundo ano do segundo ciclo, turma A, sugeriu uma enquete, para determinar o melhor dia e horário para a assembléia que elegeria os membros que comporiam o Conselho Escolar, a idéia foi aceita de bom grado, os alunos elaboraram a enquete e a tabularam, ficando definido para sexta-feira, às dezenove horas Segue em anexo fotos, modelo e gráfico da tabulação.

Diversas situações ocorreram e evidenciaram as finalidades, a importância e a necessidade do Conselho Escolar no dia a dia dessa escola.

Isso fez com que houvesse grande interesse dos pais e da comunidade externa (desde presidentes de bairros, líderes comunitários, comerciantes,...) na elaboração e discussão da formação do Conselho Escolar daquela escola.

A partir dessas situações fáticas buscou-se a implantação efetiva do referido Conselho. Marcou-se então uma reunião com pais e responsáveis para esclarecimento público, através de explicações da Gestora responsável, APMF (que fez questão de se fazer participativa) e de sua equipe pedagógica, tirando dúvidas e esclarecendo acerca do funcionamento do Conselho que se pretendia instalar.

Salientando a importância desse momento único para a Educação

daquela escola, dando oportunidade a todos os representantes de diversos segmentos (escolar ou não) de exercer a prática democrática, destacou-se a influência dos mais diversos segmentos no interior daquela escola, a qual visava priorizar o desenvolvimento da prática educativa, ou seja, ensino e aprendizagem na formação completa do aluno, já que tudo dentro da escola deve girar em torno do aluno, vez que a escola é do aluno e para o aluno; é ele quem faz a escola e é para ele que a escola existe.

Realizada então a votação para a formação do Conselho Escolar, composto por integrantes de cada segmento, os quais através de seus votos escolheram dois representantes, um titular e um suplente, assegurado a estes o mesmo número de participantes com mandato de dois anos, com a possibilidade de ser reeleito. Durante a explicação para a todos os presentes foi deixado claro que não haveria remuneração para tal cargo.

Em outra oportunidade foi realizado uma reunião para a elaboração do Estatuto próprio desse conselho, que irá normatizar suas atribuições, dando a oportunidade de se conhecer a escola à partir de outros olhares, a visão dos pais, dos alunos, dos funcionários, dos professores e da comunidade externa e sem esquecer dos alunos e professores do Ensino de Jovens e Adultos - EJA.

Mostrando a importância do que pensa cada segmento representado pelo Conselho Escolar, se espera que seus membros tragam contribuições sob as mais diferentes óticas acerca do ambiente sócio-escolar em que essa escola está inserida, para assim refletir e construir coletivamente uma escola da e para a comunidade.

Entre as atribuições do conselho escolar, está criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar, definir e aprovar o plano de aplicação financeira da escola, acompanhar a aplicação do Projeto Político-pedagógico, avaliá-lo e aprová-lo.

Ressalte-se que, uma característica expressa no documento de formação do Conselho Escolar daquela escola, é a de que o exercício das atribuições do Conselho Escolar é a de que as discussões, as interferências que lhe são atribuídas nas mais diversas situações no ambiente escolar, são motivadas pela mesma finalidade do gestor da escola: o interesse público, jamais podendo deixar de consignar que a gestão democrática visa justamente possibilitar à comunidade a fiscalização da aplicação de verbas públicas destinadas à educação.

No ato de criação do Conselho Escolar criado por aquela escola, ainda ficou consignado que a atuação de seus membros não pode ser considerada individualmente, *de per si*, mas sim como um órgão colegiado em que as decisões são tomadas por maioria de votos. Desta maneira, o Conselho Escolar daquela escola fica garantido a atuação democrática o que, pelo seu conjunto de atribuições e, conforme este órgão manifesta suas decisões, é um grande instrumento de participação democrática da comunidade na gestão daquela escola.

“Os Conselhos Escolares tornam-se, nesse contexto, instrumentos importantes para a desejada prática democrática. A escolha democrática dos dirigentes escolares e a consolidação da autonomia das escolas alinham-se aos colegiados com a finalidade de desvendar os espaços de contradição gerados pelas novas formas de articulação dos interesses sociais. A partir do conhecimento destes espaços, certamente presentes no cotidiano da vida escolar e das comunidades é que será possível ter os elementos para proposição e construção de um projeto educacional inclusivo. (AZEVEDO; Gracindo, 2005, p.34)

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O ideal de igualdade está presente em diversos documentos históricos e até hoje é um objetivo a ser alcançado.

No que diz respeito à Educação, esse também é um objetivo a ser alcançado por não ser um fenômeno neutro, mas sim fundamentalmente político como afirma Saviani².

As mudanças ocorridas trouxeram contribuições para que o projeto de igualdade, a tanto tempo sonhado, começasse a se tornar mais factível.

O papel desempenhado pela escola nos dias atuais, pelos diferentes motivos das transformações ocorridas na sociedade, traz à tona a necessidade de se aproximar, cada vez mais, a família da escola e a escola da família e da comunidade que atua.

Com a gestão democrática e a implantação de planos que visavam a re-elaboração da educação básica como instrumento de democratização e como ferramenta possível para o desenvolvimento cultural e social da nossa realidade, tornou a Escola mais autônoma para gerenciar a suas verbas, aquela as utilizando

² SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez: autores associados, 1980. p.51.

conforme sua necessidade e prioridade.

A escola, transformada agora em um ambiente democratizador, através da autonomia que lhes são conferidas através da Constituição Federal, bem como através da implantação de Conselhos Escolares, os quais buscaram trazer a participação da comunidade na vida e gestão escolar, através de diferentes pontos de vista trazidos pelos mais diversos segmentos que atuam e influenciam no âmbito escolar, agregando visões diversas sobre o papel desempenhado pela escola na comunidade em que esta encontra-se inserida.

A possibilidade da contribuição de todos aqueles envolvidos no processo de ensino aprendizagem, tais como alunos, pais, professores, funcionários, gestores e comunidade externa agora faz-se necessária, não só do ponto de vista institucional pedagógico, mas também do ponto de vista gerencial. Este é apenas um dos efeitos da redemocratização do Estado brasileiro no ensino de base no Brasil.

A elaboração da L.D.B. proporcionou para a vida escolar um dinamismo nunca antes vivenciado fazendo da escola um ambiente democrático para todos os envolvidos que participam diretamente seja como colaborador, seja como ator no processo ensino aprendizagem. Visando a qualidade e a responsabilidade da escola na formação das novas gerações, e que essas possam vivenciar uma sociedade mais igual àquela em que no passado era praticamente impossível pelas ingerências do poder instituído no âmbito escolar.

Frise-se que o Conselho escolar tem duas características marcantes na vivência escolar: uma do ponto de vista político-pedagógico, outro do ponto de vista da gerência dos recursos repassados pelo Estado à instituição de ensino responsável pela execução das políticas públicas atinentes ao ensino.

A primeira refere-se à participação efetiva na elaboração e aprovação do projeto político pedagógico, onde o referido conselho irá atuar desde a sua elaboração, indicando os interesses da comunidade em que está inserida, até mesmo sua aprovação, afinal, a comunidade irá ser diretamente afetada pela formação dos alunos na localidade em que a escola atua. Outro viés desta atuação é que com a atuação de parcela expressiva da população no desenvolvimento do projeto político pedagógico, esta torna-se responsável pelo sucesso da aplicação do

referido projeto, ou seja, acaba por atuar juntamente com a escola na aplicação do projeto político pedagógico. Ainda cumpre ressaltar que, alguns autores indicam que os Conselhos Escolares acabam por ser uma ingerência dos pais na parte pedagógica das escolas. Contudo, cabe ao próprio corpo escolar esquadrihar a adequação dos anseios do corpo social representado pelo Conselho às práticas de ensino e aprendizagem. Enfim, sem delongas.

Já no que tange à segunda faceta do Conselho Escolar atuando na gestão escolar, ao que tudo indica é que se trata da adequação no trato da coisa pública com princípios legais constitucionais, como já dito, tais como o princípio da publicidade, o qual visa dar ao cidadão poder de fiscalização da aplicação dos projetos e leis a que todo administrador público está vinculado; ainda, também traz maior transparência na gerência das verbas públicas disponibilizadas para a educação. Ou seja, o Conselho Escolar é um grande instrumento fiscalizador da “coisa” pública, o que indica a aplicação o princípio republicano da forma como previsto em Nossa Constituição Federal. Por essa e por outras é que, no meio jurídico, a Constituição Federal de 1988 é chamada de Constituição Cidadã, vez que traz inúmeros instrumentos de participação popular no trato da coisa pública, seja de maneira indireta (elegendo representantes por exemplo) seja diretamente, como é o Caso do Conselho Escolar e de ações previstas na lei que podem ser movidas diretamente pelo cidadão em face daqueles que inescrupulosamente gerirem os bens públicos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Gestão democrática: recuperar sua radicalidade política?. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha (Org.) Políticas Educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008. p.39-57.

AGUIAR, Márcia Ângela da S.. Conselhos Escolares: Espaço de cogestão da escola. Revista da Escola, Brasília, Vol. III, n.4, p.177, Janeiro/Junho de 2009, em: <<http://www.esforce.org.br>>.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARGO, Rubens Barbosa de et al. A qualidade na educação escolar: dimensões e indicadores em construção. In: FARENZENA, Nalú (Org.). Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais. Brasília: INEP, 2005.

CANUTO, Vera. Políticas dirigidas ao magistério. In: Oliveira, Maria das Graças Corrêa de. Continuidades e discontinuidades das políticas de educação básica: o caso de Pernambuco. Recife: UFPE, 2006. p.77-132.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão Democrática da escola: movimentos, tensões e desafios. In: SILVA, Aída Monteiro; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Orgs.). Retrato da Escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004, p.69-79.

ERNY, P. Etnologia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

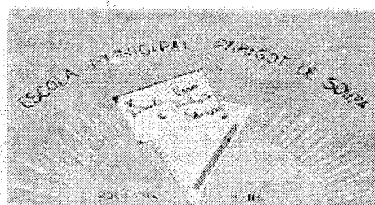
SAVIANI, Demerval. A nova LDB da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VASCONCELLIS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

ANEXOS

Enquete

Texto elaborado por alunos do segundo ano do segundo ciclo, enviado aos pais para pesquisa referente ao melhor dia para participar da assembléia para instituição do conselho escolar.



ESCOLA MUNICIPAL "PARIGOT DE SOUZA"
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO
FUNDAMENTAL
RUA NASTURCIO-JARDIM NOVO HORIZONTE
FONE/FAX943)39061099-CEP86600-000-
ROLÂNDIA/PR

Senhores pais ou responsáveis como é de seu conhecimento, estamos em processo de instituição do Conselho Escolar. Precisamos marcar uma Assembléia Geral para possíveis esclarecimentos e gostaríamos de saber qual é o melhor dia e horário para contarmos com sua presença.

() sexta-feira – 19:00 horas.

() Sábado – 17:00 horas

Outro? Qual? _____

Assinatura _____

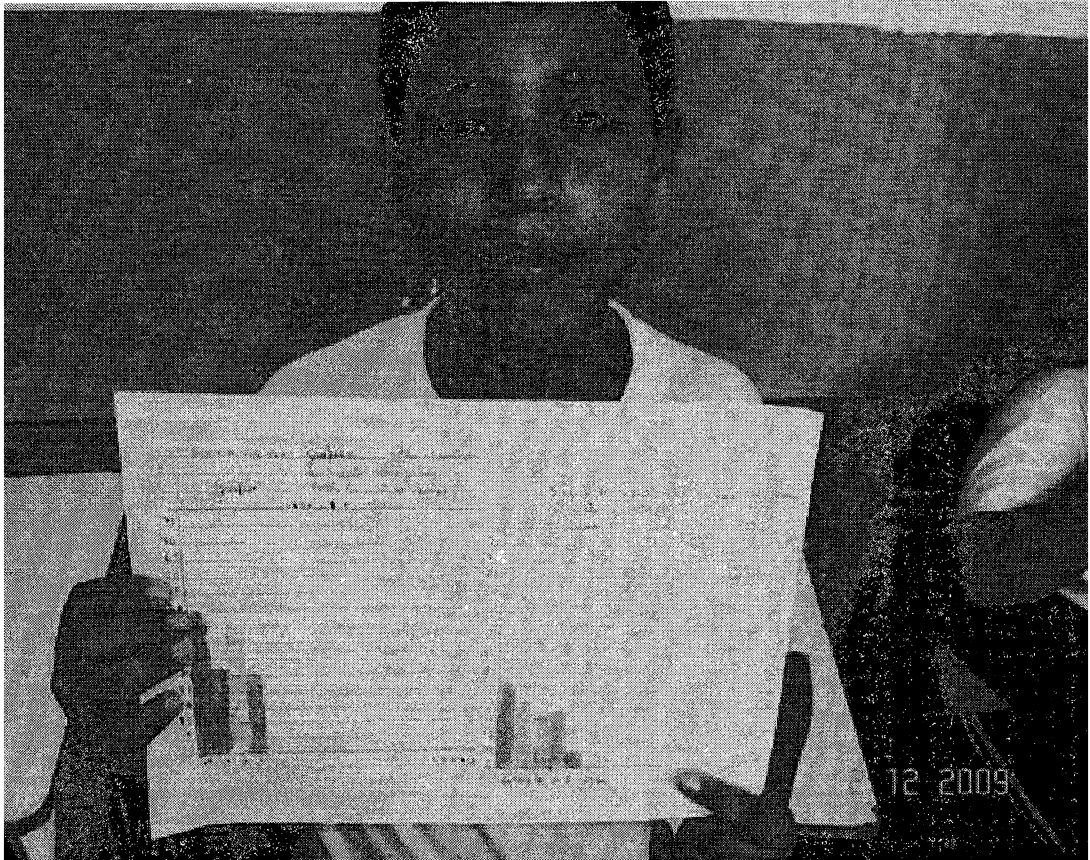
“Conduta de pais, caminho de filhos. (Provérbio).”

Juntos pela Educação

PESQUISA DE CAMPO

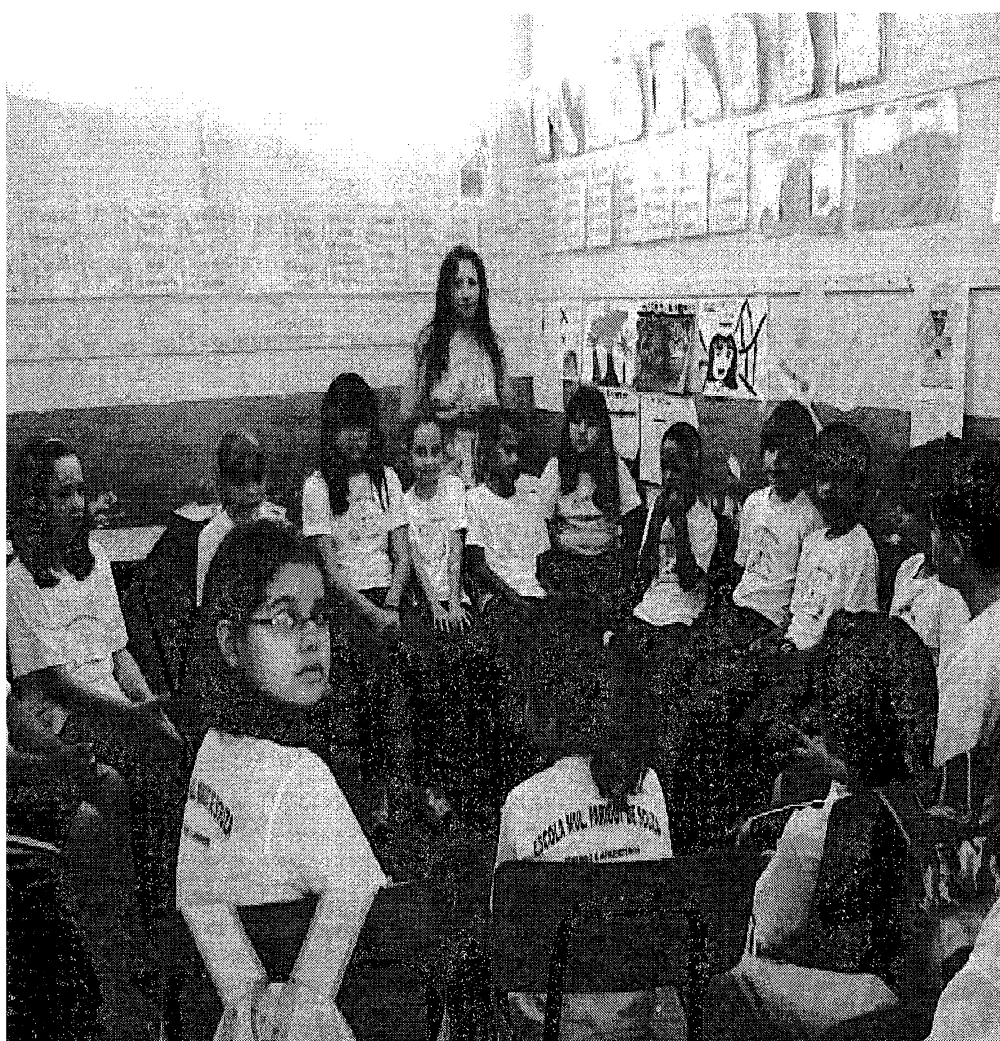
As imagens inseridas possuem permissão pelos dos responsáveis.

(alunos do segundo ano do segundo ciclo organizando as respostas da enquete)



Alunos representantes de salas

(reunidos para debaterem sobre a escola, pontos a serem melhorados em relação ao pedagógico, espaços físicos e outros.)



Instituição do conselho

